



Artigo

Ações de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças em Escolas da Educação Infantil

Raquel Baptista Spaziani

Universidade Federal de São Paulo. Instituto de Saúde e Sociedade

raquel.spaziani@unifesp.br | ORCID 0000-0002-5048-0861

Resumo

O artigo apresenta um relato de experiência a partir das ações desenvolvidas em um projeto de extensão universitária cujo objetivo é produzir estratégias para o enfrentamento à violência sexual contra crianças. As ações ocorreram em três Unidades Municipais de Educação voltadas para a Educação Infantil e teve como público cerca de 116 crianças, com idades entre quatro e cinco anos, e 14 pessoas adultas, como professoras, acompanhantes terapêuticas, profissionais de apoio escolar inclusivo e intérprete de libras. Foram realizadas rodas de conversa com o intuito de escutar as professoras e construir um espaço no qual elas se sentissem confortáveis para falar sobre como eram afetadas pelo tema; bem como seis rodas lúdicas com as crianças com as seguintes temáticas: identificação dos sentimentos; direitos humanos das crianças; consentimento; corpo e aspectos relacionados à violência sexual. Como resultados, foi identificado a apreensão da noção de consentimento pelas crianças; a nomeação das partes de seu corpo; a diferenciação entre toques adequados e inadequados e os seus contextos. Para a continuidade do projeto, pretende-se inserir o diálogo sobre a igualdade racial e de gênero, bem como buscar a aproximação junto às famílias. Entende-se que é em rede e no coletivo que se combate a violência sexual contra crianças.



Palavras-chave: Violência sexual contra crianças; Educação em sexualidade; Educação Infantil; Enfrentamento à violência sexual; Direitos humanos das crianças.

Abstract

The article presents an experience report based on the actions developed in a university extension project aimed at producing strategies to combat sexual violence against children. The actions took place in Early Childhood Education schools and were attended by around 116 children, aged between four and five, and 14 adults, including teachers, therapeutic companions, inclusive school support professionals and a sign language interpreter. Conversation circles were held with the aim of listening to the teachers and building a space in which they felt comfortable talking about how they were affected by the issue; as well as six ludic circles with the children on the following themes: identifying feelings; children's human rights; consent; the body and aspects related to sexual violence. The results showed that the children had grasped the notion of consent, named the parts of their bodies, differentiated between appropriate and inappropriate touches and their contexts. For the continuation of the project, the intention is to include a dialog on racial and gender equality, as well as to bring families closer together. It is understood that sexual violence against children is combated through protection networks and collectively.

Keywords: Sexual violence against children; Sexuality education; Early childhood education; Confronting sexual violence; Children's human rights.

Tecer Redes de Proteção às Infâncias

Acabar com todas as formas de violência impostas às crianças é um assunto urgente, pois a infância está em estado de emergência (Federici, 2023, p. 64).



O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024) aponta o aumento da violência sexual contra mulheres e contra pessoas vulneráveis¹ no ano de 2023, com 83.988 vítimas que representam um estupro a cada seis minutos. O relatório em questão revela o crescimento vertiginoso da violência sexual nos últimos anos, visto que, em um período de 13 anos, o aumento do número de vítimas chegou a 91,5%. As maiores vítimas são meninas (88,2%), negras (52,2%), de no máximo 13 anos (61,6%), que são vitimizadas sexualmente por familiares ou conhecidos (84,7%), dentro do espaço doméstico (61,7%).

Assim, crianças e adolescentes são as vítimas preferenciais da violência sexual. Dentre as crianças, 11,1% têm idade entre 0 e 4 anos; 18% têm idade entre 5 e 9 anos; 32,5% têm idade entre 10 e 13 anos. Dessas crianças, temos os dados subnotificados da violência sexual contra meninos, na qual a incidência é maior entre as idades de 4 e 6 anos.

O adultocentrismo posiciona as crianças como subalternas, em uma sociedade que é construída por e para pessoas adultas, bem como as ensina a obedecer em detrimento de seu bem-estar e do que lhes é solicitado. Articulado a isso, temos as construções sociais de gênero e as suas pedagogias, com lições sobre subserviência e docilização para as meninas, ensinando-as a sempre agradar aos outros. Já os meninos são educados para serem fortes e a se distanciarem de tudo o que é compreendido como feminino, fazendo com que a vitimização sexual seja representada como um sinal de fraqueza e de aproximação à homossexualidade – quando não, invalidada por ser entendida como uma antecipação da vida sexual, nas situações em que a autora da violência é uma mulher (Felipe, 2012; Spaziani, 2022; Spaziani & Vianna, 2020; Xavier Filha, 2008). Essas pedagogias produzem as vítimas perfeitas: crianças silenciadas e sem o conhecimento sobre os seus direitos.

A manutenção da violência sexual contra crianças como uma prática social também se dá por meio da cultura do estupro, seja por meio das pedagogias de gênero mencionadas, como pela apresentação dos corpos infantis como passíveis de serem desejados sexualmente por pessoas adultas, especialmente no que diz respeito às meninas e aos homens cis-heterossexuais. A

¹ O estupro de vulnerável diz respeito a qualquer ato de conjunção carnal ou ato libidinoso cujas vítimas têm idade inferior a 14 anos ou são incapazes de consentir por qualquer motivo, como deficiência ou enfermidade (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024).



contradição entre o discurso de preocupação com as infâncias e as ações reais de proteção às crianças foi denominada por Jane Felipe (2006) como pedofilização. Tal conceito nos permite problematizar as noções de patologização das pessoas autoras da violência sexual, tensionando “quem é mesmo o pedófilo”, na medida em que os artefatos culturais e midiáticos apresentam os corpos infantis em posições sedutoras e de maneira objetificada sexualmente, de modo a borrar as fronteiras entre a adultez e as infâncias, como em concursos de misses-mirins, nas publicidades e em filmes e músicas (Felipe, 2006; Spaziani, 2022; Walkerdine, 1999).

Outra importante dimensão do conceito de pedofilização pode ser encontrada em revistas dirigidas ao público masculino heterossexual, na medida em que as jovens e belas modelos, que aparecem em muitos dos ensaios sensuais e pornográficos veiculados por essas revistas, utilizam-se de elementos do mundo infantil, como bichinhos de pelúcia, roupas de colegial, etc. A própria aparência das modelos (mesmo sendo maiores de idade), remete-nos às feições de meninas pré-adolescentes, associada a essa mistura de ingenuidade e sedução. Nesse movimento, temos, portanto, o consumo dos corpos infantis por um lado, por outro, imagens de mulheres adultas vestidas e posicionadas como meninhas. O que se pode problematizar diante dessas questões, certamente, é um complexo emaranhado discursivo no qual as crianças e os significados da infância se encontram atualmente (Felipe, 2006, p. 220-221).

Em paralelo, temos os desmontes das políticas sociais voltadas à proteção das infâncias, acentuados entre os anos 2019 e 2022, e a reverberação do discurso de “ideologia de gênero” por movimentos conservadores, o que dificulta as ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças nas escolas e em outros espaços educativos, bem como aquelas voltadas para a valorização das diferenças e da igualdade étnico-racial e de gênero (Gava & Vianna, 2024; Spaziani & Lana, 2024). Parte da noção da “ideologia de gênero” está em ecoar o familismo, representando a família como um espaço de amor incondicional às crianças, que devem ser educadas de acordo com os seus valores individuais, sem interferências externas. No entanto, o discurso familista oculta que é dentro de casa e por membros da família que a maior parte dos casos de violência sexual contra crianças ocorre (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024), assim como que é um direito da criança ter acesso à pluralidade de perspectivas de mundo, como ocorre na escola – espaço de socialização do saber historicamente acumulado e de formação para a cidadania.

Longe de totalizar a complexidade da violência sexual contra crianças, as reflexões empreendidas buscam problematizar as hierarquizações de poder como partes de uma estrutura



social organizada para subalternizar determinados sujeitos, como as crianças. Analisar a violência sexual por meio de uma perspectiva de gênero nos permite pensar sobre como as articulações de gênero-classe-raça-idade produzem, legitimam e, até mesmo, banalizam essa violência, demonstrando que não faz parte de uma exceção, de uma patologia ou de um impulso sexual individual: as suas raízes se encontram na sociedade (Felipe, 2006; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024; Spaziani & Vianna, 2020).

Nesse sentido, cabe às instâncias públicas e à sociedade civil a busca pela garantia dos direitos humanos das crianças. Com esse intuito foi criado o projeto de extensão universitária “Tecendo redes de proteção: enfrentamentos à violência sexual nas infâncias” (Spaziani, 2022), na Universidade Federal de São Paulo, Instituto de Saúde e Sociedade, que se localiza na Baixada Santista. Este artigo tem como objetivo apresentar um relato de experiência a partir das ações desenvolvidas por meio desse projeto de extensão em Unidades Municipais de Educação na cidade de Santos.

Caminhos Metodológicos

Contextualização do projeto de extensão universitária

A proteção contra a violência sexual é um direito das crianças que deve ser garantido por toda a sociedade. De acordo com o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (2013), é preciso assegurar a proteção integral das crianças por meio de políticas sociais públicas que envolvam a prevenção a essa violência. Um dos caminhos para isso é por meio da educação em sexualidade em uma perspectiva emancipatória, que visa construir laços de confiança com as crianças; ensiná-las o respeito às diferenças; sanar as suas curiosidades e ansiedades; ensiná-las habilidades de autoproteção (identificar, reagir e relatar situações de violência sexual ou de sua ameaça), assim como buscar mudanças nos aspectos estruturais que promovem a violência sexual. O diálogo com educadoras e educadores também pode vir a fortalecer as ações protetivas junto às crianças (Spaziani & Lana, 2024).

Tendo isso em vista, no ano de 2022 foi criado o projeto de extensão universitária “Tecendo redes de proteção: enfrentamentos à violência sexual nas infâncias”, buscando formar estudantes



do Instituto de Saúde e Sociedade da Universidade Federal de São Paulo de maneira articulada aos problemas sociais da Baixada Santista, inserindo-as/os em equipamentos de Educação, Assistência e Cultura e junto à comunidade. O projeto visa entrelaçar ensino, pesquisa e extensão, produzindo conhecimento e intervenções nas áreas de Educação e Direitos Humanos, em especial, sobre questões de gênero, infâncias e violências.

Assim, tem como objetivo desenvolver ações de enfrentamentos à violência sexual contra crianças na Baixada Santista. Isso, por meio da elaboração de estratégias para o diálogo com crianças e com a comunidade sobre a violência sexual; criação de materiais de baixo custo, como brinquedos e jogos; realização de rodas lúdicas com crianças sobre prevenção da violência sexual, utilizando os materiais criados, artefatos culturais e brincadeiras como disparadores da reflexão; realização de rodas de conversa com educadoras e educadores, a fim de refletir sobre a garantia dos direitos humanos das crianças; identificação e articulação com a rede de proteção às infâncias.

A escolha por iniciar o projeto de extensão pela área da Educação se deu pela compreensão de que a escola tem o compromisso social com a cidadania e com a promoção dos direitos humanos das crianças. É no espaço escolar que as crianças passam grande parte de seu tempo e podem ter em suas professoras e professores figuras de sua confiança. Desse modo, considerando que a maior parte dos casos de violência sexual é perpetrada por membros da família, a escola se configura como um espaço profícuo para o seu enfrentamento, seja por meio da prevenção, como pela sua identificação, notificação e denúncia (Spaziani & Lana, 2024).

Já a opção pela Educação Infantil se deu por compreender que as infâncias costumam ser apartadas dos diálogos sobre temas considerados socialmente como “difíceis”, sendo as crianças representadas como aquelas que nada devem saber sobre o seu corpo e as suas vulnerabilizações. No entanto, a ausência de diálogo com as crianças sobre temas relacionados à educação em sexualidade tem as deixado desprotegidas. Os dados dos últimos anos do Anuário Brasileiro de Segurança Pública revelam que cada vez mais cedo as crianças são vítimas de violência sexual.



O percurso

As primeiras ações do projeto ocorreram sob forma de piloto em uma instituição educativa subvencionada que atendia crianças de zero a seis anos, em 2023. Para o início do projeto nas Unidades Municipais de Educação voltadas para a Educação Infantil, em 2024, a proposta foi apresentada para a Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) e para a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), ambas da cidade de Santos, e inserida na agenda do Programa Saúde na Escola (PSE).

O PSE tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino. (...) A Escola é a área institucional privilegiada deste encontro da educação e da saúde: espaço para a convivência social e para o estabelecimento de relações favoráveis à promoção da saúde pelo viés de uma Educação Integral (Brasil, 2007, s./p.).

Foram identificadas três escolas públicas que poderiam se interessar pela implementação do projeto; e os seus objetivos e proposta apresentados, primeiramente, para a direção e para as orientadoras educacionais das escolas, que deram a anuência para o seu início. Essas escolas ficam em diferentes territórios da cidade de Santos e com demandas territoriais específicas, porém em comum há o atendimento às crianças periféricas e vulnerabilizadas socialmente.

Antes de iniciar as ações extensionistas, a proposta também foi apresentada às professoras de maneira a identificar o interesse na participação. Com os seus aceites, demos início às rodas de conversa e às rodas lúdicas. Os encontros ocorreram quinzenalmente, mediados por estudantes extensionistas dos cursos de Psicologia e Terapia Ocupacional² e acompanhados por uma psicóloga, uma assistente social e uma estagiária³ do último ano do curso de Psicologia. São alternados com reuniões de supervisão para a avaliação das rodas lúdicas, reflexão sobre a

2 Estudantes envolvidas no projeto: Alyssa Araujo Marques Pereira; Bruna Pereira Bini; Gabriela Galassi Pinto; Gabrielle Silva de Freitas; Geovanna Caroline Rodrigues; Giulia Raeli Tonhoque; Giulia Siqueira Antunes; Gustavo Henrique Gonçalves Takara; Helena Freire Woigt; Laura Rosental Zamora; Letícia Quesada Fabião Alves; Manoel Pereira Caixeta Neto; Nathalia Cristina de Pontes; Renata Olympio Silva; Sara Santos Costa; Susana Sieiro Bandeira.

3 Respectivamente, Jeniffer Cambi de Freitas, Mariana Santana dos Santos e Gabriela Santos Messias.



implicação no processo e planejamento dos encontros subsequentes a partir do andamento de cada grupo. O projeto tem sido realizado em seis salas de aula, cinco do chamado “pré” (faixa etária cinco anos) e uma sala do “jardim” (faixa etária quatro anos). São cerca de 116 crianças participando e 14 pessoas adultas, sendo essas professoras, acompanhantes terapêuticas, profissional de apoio escolar inclusivo e intérprete de libras.

Conhecer para Proteger

As primeiras ações extensionistas foram voltadas para a escuta das professoras que participariam do projeto, por meio de rodas de conversa. Isso, em uma tentativa de não só informá-las sobre a realidade da violência sexual contra crianças, mas, principalmente, construir um espaço no qual elas se sentissem confortáveis para falar sobre como eram afetadas pelo tema, as suas histórias pessoais e profissionais que iam ao encontro da temática, os seus receios e temores, bem como as práticas protetivas que buscavam criar junto às crianças.

É interessante ressaltar que foi um consenso entre elas a noção da importância de se dialogar com crianças pequenas sobre a violência sexual, ainda que nem todas se sentissem seguras para fazê-lo – seja por não se sentirem preparadas o suficiente, como pelo temor de como as famílias lidariam com isso. Como forma de facilitar a nossa comunicação ao longo dos encontros, criamos um grupo no aplicativo WhatsApp para cada escola, de maneira que pudessem colocar as suas dúvidas/comentários sobre os encontros e enviarmos materiais, como livros e artigos científicos, sobre enfrentamentos à violência sexual contra crianças. Ao longo do primeiro semestre também foram realizadas outras rodas de conversa nas escolas para dar continuidade às reflexões.

O primeiro ciclo de rodas lúdicas com as crianças foi denominado “Conhecer para proteger” e contou com seis encontros ao longo de um semestre, trabalhando os seguintes temas: sentimentos; direitos humanos das crianças; consentimento; corpo e aspectos relacionados à violência sexual.

1º encontro: Criando vínculos

O primeiro encontro foi dedicado à apresentação do projeto e das/os estudantes extensionistas. Tivemos como objetivo o início da construção de vínculo com as crianças,



entendendo que essa relação seria fundamental para abordarmos os temas subsequentes. Para isso, propusemos brincadeiras envolvendo movimento corporal e apresentamos músicas com diferentes sonoridades para que elas as acompanhassem e associassem às emoções que estavam vivenciando.

As crianças receberam as/os estudantes animadas, quiseram mostrar as suas habilidades e contar sobre si. Ao longo do encontro as/os abraçaram, ficaram de mãos dadas e queriam ficar por perto. Indagadas sobre o que gostariam de fazer nos próximos encontros, responderam que queriam que levássemos jogos, filmes e brincadeiras, e demonstraram animação quando dissemos que haveria contação de histórias.

2º encontro: Identificando os sentimentos

Neste encontro propusemos a nomeação e identificação de diferentes sentimentos e as suas possíveis sensações corporais, de maneira que as crianças tivessem mais facilidade para acolhê-los em seu cotidiano. Compreendemos que reconhecer sentimentos de desconforto, angústia e ansiedade pode ajudá-las a compreender situações que não lhes fazem bem, recorrendo às pessoas adultas de sua confiança para lhes ajudar. Como forma de disparar o diálogo, realizamos contação de histórias com as leituras dos livros “O livro dos sentimentos”⁴ (Parr, 2000) e “E foi assim que eu e a escuridão ficamos amigas”⁵ (Emicida, 2020). Também contamos histórias por meio de fantoches e utilizamos o “boneco dos sentimentos”⁶ – um boneco com velcro em diferentes partes do corpo com palavras e expressões faciais representando diversos sentimentos, de modo que as crianças colassem a palavra ou a expressão facial na parte do corpo em que aquilo era sentido.

⁴ Temas: nomeação e acolhimento de sentimentos.

⁵ Temas: nomeação e acolhimento de sentimentos.

⁶ O boneco foi elaborado pelas/o estudantes Juliana Gomes, Letícia Quesada, Manuella de Azevedo e Mateus Lima como trabalho final da Unidade Curricular eletiva “Violências de gênero nas infâncias e juventudes” (Spaziani), cujo objetivo é promover reflexões sobre as violências de gênero contra crianças e jovens em suas diferentes expressões, bem como dialogar sobre os seus possíveis enfrentamentos por meio da ludicidade e da arte.

Figura 1

“Boneco dos sentimentos” e contação de histórias



As crianças que estavam no grupo que levou os fantoches deram-lhes os nomes de July e Benito, apontando que os bonecos sentiam alegria, tristeza, ansiedade, confusão e fúria. A partir dos fantoches, as crianças reconheceram sentimentos comuns a elas, narrando episódios pessoais em que os vivenciaram. Já o grupo que levou o “boneco dos sentimentos” teve mais dificuldade de manejar o encontro, visto que um único boneco para uma sala com cerca de 20 crianças fez com que houvesse uma certa disputa sobre quem ficaria com o boneco.

As falas que nos chamaram a atenção foram “medo de quando a minha mãe me bate” e “vontade de chorar quando a minha mãe bate no meu rosto”. Já as crianças que estavam no grupo que levou “O livro dos sentimentos”, mostraram-se animadas após a leitura e pediram para que elas pudessem fazer a contação para as extensionistas, demonstrando interesse pelo encontro e a vontade de narrar a história a partir de suas próprias palavras.

3º encontro: Conhecendo os meus direitos

Visamos, com essa roda lúdica, um início de reflexão sobre os direitos humanos das crianças, com ênfase no direito a não vivenciar violências. Como maneira de dialogar sobre o tema, criamos



uma “gincana dos direitos”. Primeiramente, as/o extensionistas explicaram que crianças tinham direitos e, em seguida, verbalizaram algumas frases para que as crianças corressem para o lado verde, indicando concordar com o que havia sido dito, ou vermelho, indicando discordar. As frases foram tais como “criança tem direito de brincar”, “todas as crianças têm direitos”, “pessoas adultas podem bater em crianças”, “criança pode deixar de ir para a escola”.

Figura 2

Registros das atividades grupais realizadas nas rodas lúdicas



Percebemos que, na maior parte das salas, houve uma certa dificuldade na compreensão sobre a noção de direitos das crianças, o que indicou uma necessidade de adequação na linguagem e proposta da atividade. Dentre as percepções das crianças, a frase que mais gerou dissenso foi “pessoas adultas podem bater em crianças”, na medida em que muitas responderam que sim, justificando que as pessoas de suas famílias faziam isso quando elas se comportavam mal. Outros relatos nesse sentido foram: “direito da criança é obedecer a pai e mãe, obedecer a professora, fazer o que estão mandando”, “minha mãe me bate para o meu bem” e “quando eu desobedeço, ela me bate”.



4º encontro: Confiar e consentir

Tivemos como objetivo refletir com as crianças sobre o significado da palavra consentimento, evidenciando o seu direito a dizer “não” e identificar os limites do outro e de si mesmas. Em uma sociedade adultocêntrica, as crianças são frequentemente demandadas a obedecerem e a agradarem as pessoas adultas. Tratá-las como sujeitos, respeitando os seus limites, é fundamental para o combate à violência.

Assim, realizamos a contação de histórias por meio dos livros “Do meu corpo eu cuido e protejo”⁷ (Xavier Filha, 2014) e “Que legal o abraço de Cacau”⁸ (Arcari, 2020), bem como brincadeiras de “dança das cadeiras”, de modo a refletir sobre os limites espaço-corpo, e o “semáforo dos toques”, no qual as crianças deveriam colar bolinhas vermelhas, amarelas e verdes nas partes do corpo de um boneco, a partir das suas percepções sobre quais partes eram passíveis de serem tocadas e em qual contexto.

As crianças demonstraram atenção e interesse na contação de histórias, ficando curiosas com as e os personagens e se identificando com algumas situações. Das brincadeiras realizadas, o “semáforo dos toques” possibilitou o diálogo sobre os seguintes aspectos: necessidade de permissão para tocar o corpo de uma criança; toques de higiene e saúde que se mostram pertinentes em alguns contextos; toques considerados inadequados; toques nas partes do corpo consideradas socialmente como aceitáveis, porém que as crianças poderiam não gostar e, muitas vezes, não são respeitadas pelas pessoas adultas – como beijo na bochecha e abraço.

⁷ Temas: direitos humanos de crianças e prevenção de violências contra crianças.

⁸ Tema: consentimento.

Figura 3*“Semáforo dos toques”*

Foi interessante notar que, em uma das salas, os bonecos tinham as cores verde e laranja e, ainda assim, foram genericados pelas crianças como “menino” e “menina”, porém, indagadas do motivo, não souberam responder. Nessa mesma turma, um menino pegou um dos bonecos e disse que era o seu “nenenzinho”, transgredindo as expectativas de que meninos não brincam com bonecas e não podem demonstrar afeto.

Conforme iam colando as bolinhas, as crianças eram questionadas sobre quais partes de seu próprio corpo gostavam ou não que fossem tocadas. Um dos meninos disse de maneira bastante descontraída que gostava quando a sua mãe tocava em seu pênis nos momentos do banho – chegando a colar a bolinha verde no pênis do boneco. Nesse momento, as extensionistas reforçaram o diálogo sobre a pertinência dos toques nas regiões íntimas em algumas situações, como a higiene, explicitando que esses toques não visavam o prazer, mas sim o cuidado; de maneira que se uma pessoa adulta lhe tocasse e pedisse segredo, ele poderia e deveria contar para alguém de sua confiança. Já duas outras crianças explicitaram não gostar de serem tocadas nas mãos, cabelos e ombros, demonstrando a compreensão sobre a importância do consentimento em relação a todo o corpo da criança – e não apenas envolvendo os órgãos genitais.



Pudemos notar que, no grupo em que a professora já havia dialogado anteriormente sobre o tema com as crianças, as bolinhas vermelhas foram imediatamente posicionadas no peito, vulva, pênis e boca. Um dos meninos da sala lembrou que “aqui no bumbum também não pode”.

Percebemos que para algumas crianças a nomeação dos órgãos genitais era algo que trazia uma certa vergonha. Assim, as extensionistas perguntaram se, enquanto elas colavam as bolinhas, elas gostariam de falar os nomes das partes do corpo em seus ouvidos, o que as deixou mais confortáveis. Todas falaram apelidos para a vulva e o pênis, como “periquita” e “bilau” e, quando as extensionistas disseram também os nomes corretos desses órgãos, afirmando não serem motivos de vergonha, as crianças demonstraram uma certa estranheza com as novas palavras.

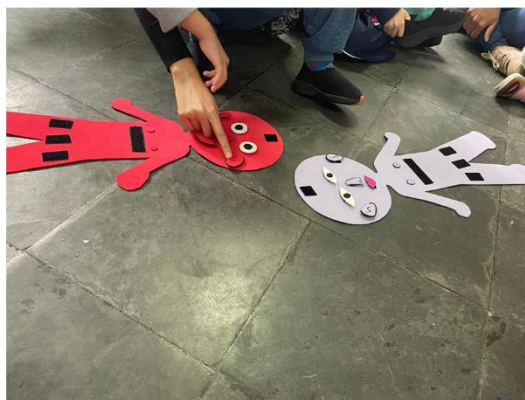
5º encontro: Conhecer e proteger o meu corpo

Nessa roda lúdica propusemos nomear corretamente as diferentes partes do corpo, mais especificamente a vulva, o pênis e o ânus, bem como reforçar o diálogo sobre consentimento e toques inadequados. Os apelidos, mesmo que sem intencionalidade, podem indicar que essas partes do corpo são motivos de vergonha e proibição. Para além disso, podem dificultar uma situação de relato de violência, visto que há a possibilidade de a criança não se fazer entender a depender do apelido que utilizar.

Como forma de disparar a temática, utilizamos dois bonecos com velcros em diferentes partes do corpo, nas quais as crianças precisavam colar e nomear os seguintes órgãos: orelha, boca, olhos, pênis e vulva. Havia também roupas, adereços e cabelos, de maneira a refletir sobre os estereótipos de gênero.

Figura 4

Atividade sobre a nomeação do corpo



As crianças demonstraram não conhecer a vulva – seja a sua anatomia, como o seu nome. Por outro lado, o pênis chegou até mesmo a ser celebrado pelos meninos. Um deles, empolgado, gritou “o piupiu! aqui fica o piupiu! (apontando para o pênis no boneco), tia deixa eu colocar o piupiu!”. Algumas crianças disseram que os meninos tinham pênis e as meninas não tinham nada, de modo que as extensionistas intervissem explicando que a vulva era uma parte do corpo – e não uma “ausência”. Apelidos como “florzinha”, “piupiu”, “perereca”, “periquita”, “por onde faz xixi”, “sapeca” e “pilica” foram comuns.

Apesar de ser um diálogo importante e as crianças gostarem da brincadeira, foram encontros difíceis de manejar em todas as salas. Isso aconteceu pela proposta da atividade ser realizada de maneira coletiva, porém as crianças demonstrarem o desejo de brincar de modo individual, sentindo-se frustradas em muitos momentos por não conseguirem mexer em todos os adereços ofertados.

6º encontro: A importância do contar

O encontro de finalização do primeiro ciclo de rodas lúdicas foi destinado ao diálogo sobre os aspectos que envolvem a violência sexual contra crianças, principalmente no que diz respeito à identificação de toques inadequados, pedidos de segredo e a importância de a criança ter pessoas adultas de sua confiança. Para isso, trabalhamos com os livros “Segredo, segredíssimo”⁹ (Barros, 2011), “Pipo e Fifi”¹⁰ (Arcari, 2023) e “Não me toca, seu boboca!”¹¹ (Taubman, 2020), bem como com o pedido de que as crianças desenhassem pessoas adultas para quem revelariam um pedido de segredo, buscando auxiliá-las no reconhecimento dessas pessoas.

Figura 5*Desenhos das pessoas adultas de confiança*

Esse foi um dia de inverno que antecedeu o período de férias, de maneira que havia poucas crianças em cada turma. Nesse sentido, as professoras indicaram a necessidade de retomar a reflexão no segundo semestre. As falas das crianças que mais nos chamaram a atenção foram

⁹ Tema: prevenção da violência sexual contra crianças.

¹⁰ Tema: prevenção da violência sexual contra crianças.

¹¹ Tema: prevenção da violência sexual contra crianças.



relacionadas ao livro “Segredo, segredíssimo” (Barros, 2011), na medida em que menciona o termo “brincadeira de adulto”. Tal expressão não foi compreendida por todas as crianças, sendo que algumas delas a associaram às suas próprias brincadeiras, enquanto outras entenderam se tratar de algo ruim, mas não saber exatamente o que. Foi necessário a mediação das extensionistas de modo a relembrar as discussões anteriores sobre os toques inadequados de pessoas adultas em crianças e os pedidos de segredo decorrentes disso.

Já no que diz respeito aos desenhos de pessoas adultas de sua confiança, as pessoas que mais apareceram foram as mães e as professoras.

Potências e Desafios

As rodas lúdicas são inspiradas pela noção de comunidade de aprendizagem, na qual as diferentes vozes circulam e se fazem escutar, reposicionando socialmente os sujeitos que foram historicamente silenciados (hooks, 2017), como é o caso das crianças. Nessa perspectiva, reconhecemos que a educação não é politicamente neutra e que temos o compromisso social com a transformação das estruturas desiguais de poder, atuando para que as crianças vivam uma vida livre de violências.

Assim, os discursos conservadores que reverberam o pânico moral sobre a “ideologia de gênero” e que propagam a falsa noção de que a escola deve apenas ensinar conteúdos formais, deixando a educação para a família, acabam por dificultar as ações reais de proteção às crianças. A educação em sexualidade já na Educação Infantil é uma ferramenta de prevenção à violência sexual contra crianças, na medida em que as auxilia a identificarem situações de ameaça, a reagirem a essas e a relatarem às pessoas próximas que podem lhes proteger. Do mesmo modo, essas ações visam atuar para transformar as relações desiguais de poder que produzem e naturalizam essa violência (Spaziani & Lana, 2024).

O discurso da “ideologia de gênero” foi bem-sucedido ao gerar temores e receios nas educadoras e educadores (Gava & Vianna, 2024) que percebem a importância da educação em sexualidade para crianças, porém se sentem desconfortáveis em atuar nesse sentido, devido às reações que as famílias podem ter. Em nosso percurso nas escolas, pudemos observar essas



expressões de medo. No entanto, chamou-nos a atenção uma situação em que uma mãe foi reclamar com a professora de que a sua filha era muito nova para aprender a palavra “vulva”, ao que a professora a acolheu e lhe explicou a importância de se ter na escola um projeto visando o enfrentamento à violência sexual, que passava por ensinar às crianças os nomes corretos dos órgãos genitais, de maneira que essa mãe se tranquilizou.

As crianças pareceram ter mais facilidade para refletir sobre as atividades propostas quando as suas professoras tiveram uma participação ativa no projeto, seja em sala de aula ou em outros momentos. Um exemplo foi o caso da brincadeira “semáforo dos toques” em um dos grupos, como a professora já havia conversado com a turma sobre toques inadequados, as crianças logo posicionaram as bolinhas vermelhas nas partes íntimas do boneco. São as professoras, também, que nos ajudam a avaliar sobre o quanto as crianças estão apreendendo algumas noções, como é o caso do consentimento, reflexão que se evidenciou no cotidiano das crianças: agora elas pedem antes de pegar no corpo de outra pessoa, explicitam as diferenças entre os toques e lembram umas às outras sobre isso.

Os encontros nos permitiram observar algumas dimensões de gênero no comportamento das crianças. Muitos meninos pareceram reproduzir uma lógica de masculinidade hegemônica, como a supervalorização da coragem em detrimento do medo, principalmente ao afirmar nunca o sentir. Ainda que sejam crianças com idades entre quatro e cinco anos, a vigilância para o cumprimento de uma determinada forma de se exercitar a masculinidade já se faz presente, mostrando que eles tão novos já aprenderam essa lição (Felipe, 2012). Também foi possível notar a importância de uma maior articulação entre gênero e raça em nossas ações futuras, visto que muitas crianças, principalmente as meninas, têm mostrado preferência em personagens e desenhos de pessoas brancas.

Assim, para o segundo ciclo de rodas lúdicas, já iniciado, foram construídos os seguintes temas: retomar as reflexões sobre consentimento, diferenças entre os toques, segredos e pessoas adultas de confiança; fortalecimento da autoestima de crianças, por meio de reflexões sobre a igualdade racial e de gênero; escuta e acolhimento dos sentimentos das crianças que ingressarão para o Ensino Fundamental I. É importante apontar que esse segundo ciclo de rodas lúdicas foi



criado em diálogo com as professoras participantes do projeto, de modo que pudessem nos dizer quais temas achavam necessários serem considerados.

Dos nossos desafios, a desnaturalização da violência física de familiares contra crianças parece ser uma questão, já que as crianças demonstraram internalizar a ideia de que é possível sofrerem essa violência quando não se comportam como o esperado ou quando a pessoa que perpetra é alguém de sua confiança. Outro aspecto que nos mobiliza é a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista e com deficiências, como a surdez. Ainda que elas participem dos encontros, julgamos importante compreender melhor se estamos conseguindo dialogar com elas por meio de nossos materiais ou se é necessário haver alguma adaptação. Percebemos como necessário, também, a aproximação com as famílias, de maneira a compreender como se dá a continuidade do diálogo sobre o tema quando as crianças estão em suas casas, assim como refletindo junto a elas sobre maneiras de promovermos os direitos humanos das crianças.

Temos essas questões como norte para a continuidade do projeto e estamos ampliando as suas ações para o Ensino Fundamental I em uma das escolas, a pedido da direção, de maneira a construirmos uma cultura escolar de combate à violência sexual. É preciso salientar que é um ato de coragem das professoras participantes do projeto sustentar o desconforto do diálogo com as crianças pequenas sobre o tema, os possíveis desdobramentos que as nossas ações podem ter quando não estamos mais presentes em sala de aula e a possibilidade de receber familiares incomodadas/os com essas atividades. Reconhecemos a delicadeza que é prosseguir com esse projeto, mas apostamos que a nossa parceria pode gerar fortalecimento para a escola e para as educadoras e educadores, assim como possibilitar processos de conscientização para as crianças, buscando protegê-las da violência sexual e transformar essa realidade injusta. Para isso, é fundamental a relação entre a universidade pública com as Secretarias Municipais de Educação e de Saúde, buscando cada vez mais articular as nossas ações com os outros órgãos e instituições que fazem parte do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança, visto que é em rede e no coletivo que se combate essa violência.

Referências Bibliográficas

Arcari, C. (2023). *Pipo e Fifi*. Caqui Editora.



- Arcari, C. (2020). *Que legal o abraço de Cacau*. Caqui Editora.
- Barros, O. (2011). *Segredo segredíssimo* (1a ed). Geração Editorial.
- Brasil. (2013). *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil*. SEDH/DCA.
- Brasil. (2007). *Programa Saúde na Escola*. <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/14578-programa-saude-nas-escolas>
- Emicida. (2020). *E foi assim que eu e a escuridão ficamos amigas*. Companhia das Letrinhas.
- Federici, S. (2023). *Além da pele: repensar, refazer e reivindicar o corpo no capitalismo contemporâneo*. Elefante.
- Felipe, J. (2006). Afinal, quem é mesmo pedófilo? *Cadernos Pagu*, 26, 201–223. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000100009>
- Felipe, J. (2012). Relações de gênero: construindo feminilidades e masculinidades na cultura. In C. Xavier Filha (Ed.), *Sexualidades, gênero e diferenças na educação das infâncias* (1st ed., pp. 217–226). Ed. UFMS.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2024). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>
- Gava, T., & Vianna, C. P. (2024). O Discurso antigênero e a notificação extrajudicial nas escolas. *Olhares: Revista Do Departamento de Educação Da Unifesp*, 12(1). <https://doi.org/10.34024/olhares.2024.v12.15721>
- hooks, b. (2017). *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. Editora WMF Martins Fontes.
- Parr, Todd. (2002). *Tudo bem ser diferente*. Editora Panda.
- Spaziani, R. (2022). Contribuições dos Estudos Feministas e de Gênero para a reflexão sobre a violência sexual contra crianças. In A. C. Bortolozzi, L. R. S. Carvalho, & D. de A. Navega (Eds.), *Educação sexual e a prevenção contra violências* (pp. 13–31). Padu Aragon.
- Spaziani, R. B. (2022). *Tecendo Redes de Proteção: enfrentamentos à violência sexual nas infâncias*. Projeto de Extensão Universitária Unifesp – Baixada Santista, Santos, SP, Brasil, aprovado pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Unifesp (PROEX) em jul. 2022, cadastrado com Código PROEX: 22411 em <https://www.unifesp.br/reitoria/proec/programas-e-projetos>



- Spaziani, R. B., & Lana, R. Z. T. de. (2024). Atravessamentos dos discursos antigênero nas percepções de docentes sobre violências contra crianças. *Olhares: Revista Do Departamento de Educação Da Unifesp*, 12(1). <https://doi.org/10.34024/olhares.2024.v12.15759>
- Spaziani, R. B., & Vianna, C. P. (2020). Violência sexual contra crianças: a categoria de gênero nos estudos da educação. *Educação Unisinos*, 24(1). <https://doi.org/10.4013/edu.2020.241.16>
- Taubman, A. V. (2020) *Não me toca, seu boboca!* Aletria.
- Walkerdine, V. (1999). A cultura popular e a erotização das garotinhas. *Educação & Realidade*, 24(2), 75–88.
- Xavier Filha, C. (2014). *Do meu corpo eu cuido e protejo*. Editora UFMS.
- Xavier Filha, C. (2008). O “despertar de um homem” e as “marcas do silêncio” na violência sexual contra crianças e adolescentes: gênero e relações de poder. In P. V. Silva, J. Lopes, & A. Carvalho (Eds.), *Por uma escola que protege: a educação e o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes* (pp. 125–160). Editora UEPG.